

Educação Sexual:
Estudo exploratório num contexto escolar

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Gertrudes de Sousa Afonso

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

Abril | 2011

UMa
.9
D Edu
1

T/M Uma
159.9
Afo Edu
Ex.1

70932

Educação Sexual:
Estudo exploratório num contexto escolar

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

Maria Gertrudes de Sousa Afonso

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Trabalho efectuado sob orientação da
Professora Doutora Ana Maria Pereira Antunes



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

Abril | 2011

**Trabalho efectuado sob orientação da
Professora Doutora Ana Maria Pereira Antunes**

AGRADECIMENTOS

No final deste trabalho, os meus agradecimentos vão particularmente para a minha orientadora de investigação, Professora Doutora Ana Antunes, que sempre me apoiou e partilhou comigo todo o seu conhecimento.

Um agradecimento também especial para as duas escolas que me auxiliaram ao permitir que os questionários fossem aplicados e sem esquecer os alunos do CEF, que me facultaram um rica experiência em formação nesta área. Também um particular agradecimento às professoras Dr.^a Doroteia Teixeira, Dr.^a Micaela Pereira, Dr.^a Ana Isabel e ao amigo Dr. Ricardo Sousa, professor e psicólogo e à doce amiga Dr.^a Catarina Costa, porque todos eles contribuíram para que este estudo chegasse ao fim e em bom ritmo.

Também tenho de agradecer ao presidente da IHM, à minha chefe, às minhas colegas de trabalho, que de uma forma directa ou indirecta desejaram que eu terminasse este ciclo de formação académica na minha vida.

Para terminar, agradeço o apoio familiar que tive, essencialmente do meu filho Ruben Afonso Gomes, futuro matemático, e agradecer-lhe, mesmo que de forma indirecta, a sua contribuição para o meu interesse sobre a educação sexual nas escolas.

A todos o meu Muito Obrigada

Resumo

Este trabalho de investigação consiste num estudo exploratório desenvolvido em contexto escolar na Região Autónoma da Madeira (RAM) e subjacente a este estudo na área educacional, está a legislação em vigor.

Neste sentido, recolhemos dados num grupo de 51 professores do ensino secundário, através de inquérito por questionário e num grupo de alunos em situação de pré e pós-teste mediante a aplicação de 5 sessões de educação sexual.

Face a esta premissa, o nosso estudo teve como principal objectivo, dar a conhecer a forma como está a ser implementada a educação sexual no ensino secundário e recolher de um grupo de alunos a sua percepção acerca das temáticas a abordar e a importância atribuída à educação sexual.

Os resultados do estudo apontam para a aceitação por parte dos professores, para haver formação em educação sexual nas escolas secundárias e que esta deve ser trabalhada na sala de aula. No entanto, alguns dos inquiridos sentem dificuldades em desenvolver acções nesta matéria e consideram que esta formação deveria ser ministrada por profissionais com formação específica. No que se refere aos conhecimentos e aceitação da lei em vigor, podemos apurar que a maioria dos inquiridos concorda com o regime de aplicação da lei em meio escolar.

Junto do grupo de alunos constatamos, no que refere à percepção que estes têm sobre os temas a abordar em educação sexual e qual a sua importância, as IST's e HIV assumem um lugar de destaque. No entanto, há outras temáticas que são também referenciadas como a gravidez na adolescência, os métodos contraceptivos, o saber falar e os afectos.

Dos resultados obtidos no estudo, estes sugerem, que as escolas secundárias têm mais uma responsabilidade social acrescida, na perspectiva da educação para a saúde e na promoção do desenvolvimento integral dos seus alunos.

Palavras-chave: Educação sexual, legislação, percepção e implementação.

Abstract

This research is an exploratory study carried out in schools in the Autonomous Region of Madeira (RAM) and behind this study in education, legislation is being applied.

In this sense, we collect data on a group of 51 secondary school teachers, through questionnaire survey and a group of students who are pre and post-test by applying five sessions of sex education.

Given this premise, our study's main objective was to disclose how it is being implemented sex education in secondary and gather a group of students their perception of the issues to be addressed and the importance given to sex education.

The study results show the acceptance by the teachers to have sex education in secondary schools and that this must be taught in the classroom. However, some respondents find it difficult to develop actions in this matter and consider that this class should be taught by professionals with specific academic training. With regard to knowledge and acceptance of the law, we can ascertain that the majority of respondents agree with the system of law implemented in schools.

Together the group of students noticed, as far as the perception that these have on the subjects for discussion on sex education and why it's important that the STI and HIV take a prominent place. However, there are other issues that are also referred to as adolescent pregnancy, contraceptive methods, knowledge and talk and affection.

From the results obtained in the study, they suggest that most secondary schools have a greater social responsibility from the perspective of health education and promotion of integral development of their students.

Keywords: Sex education, legislation, awareness and implementation.

ÍNDICE

Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Lista de quadros	VI
Lista de gráficos	VII
Introdução	1
Enquadramento teórico	3
Perspectiva histórica - normativa da educação sexual	3
Ao nível internacional	3
Ao nível nacional	4
Exercício da educação sexual	5
Agentes responsáveis	5
Práticas em contexto educativo	8
Metodologia	10
Resultados	13
Resultados obtidos junto dos professores	14
Resultados obtidos junto dos alunos	23
Discussão dos resultados	27
Resultados obtidos junto dos professores	27
Resultados obtidos junto dos alunos	32
Conclusão	35
Referências	38
Anexos	
Anexo 1 - Questionário	45
Anexo 2 - Questionário: Pré-teste	49
Anexo 3 - Questionário: Pós-teste	50
Anexo 4 - Avaliação das sessões de educação sexual	51
Anexo 5 - Acções desenvolvidas	52

Lista de quadros

Quadro 1 - Opinião dos professores sobre a educação sexual nas escolas	14
Quadro 2 - Opinião dos professores sobre a lei em vigor	15
Quadro 3 - Opinião dos professores sobre as orientações curriculares definidos pela portaria em vigor	15
Quadro 4 - Opinião dos professores sobre os temas que deveriam ser abordados em educação sexual	16
Quadro 5 - Opinião dos professores sobre a sua preparação/ formação	16
Quadro 6 - Opinião dos professores sobre a sua motivação e preparação	17
Quadro 7 - Opinião dos professores sobre a abordagem da educação sexual na sala de aula	17
Quadro 8 - Opinião dos professores sobre se o projecto educacional da escola contempla a educação sexual	18
Quadro 9 - Opinião dos professores sobre as medidas implementadas pela escola	18
Quadro 10 - Opinião dos professores sobre as acções, facilidades e dificuldades sentidas	19
Quadro 11 - Outros aspectos que os professores quiseram referir	20
Quadro 12 - Diferenças na opinião dos professores sobre educação sexual nas escolas em função da idade	22
Quadro 13 - Diferenças na opinião sobre educação sexual nas escolas em função dos anos de serviço	22
Quadro 14 - Diferenças na opinião dos professores sobre a sua motivação e preparação	23
Quadro 15 - Temas referidos pelos alunos a abordar na educação sexual	24
Quadro 16 - Avaliação dos alunos às sessões de educação sexual	26

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Temas referidos pelos alunos no pré e pós-teste

25

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Mestrado em Psicologia da educação e apresentado na Universidade da Madeira, o qual pretende explorar a forma como está a ser implementada a educação sexual no ensino secundário e recolher de um grupo de alunos a sua percepção acerca das temáticas a abordar em educação sexual, atendendo à recente obrigatoriedade da educação sexual em todas as escolas do território nacional.

Apesar de se viver numa sociedade fortemente marcada pela sexualidade, tal não equivale a dizer que as pessoas se sintam suficientemente preparadas para debater esse tema.

A sexualidade é fundamental no desenvolvimento humano, com expressões e repercussões na forma como o indivíduo se autorelaciona e interage com os demais, na constante procura de amor, contacto e intimidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde, ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções podendo repercutir-se no estado de saúde física e mental dos indivíduos (Nodin, 2001), e enquanto geradora de um conjunto básico de comportamentos, nem sempre coerentes com a individualidade, carácter, valores e normas sociais, é ela própria geradora de conflitos internos (Soveral, 2002). A sexualidade difere de sexo, mas, infelizmente, é comumente confundida como seu sinónimo.

Segundo Magalhães (1996), definir a sexualidade é uma tarefa difícil, tanto mais que de alguma forma ficaria sempre por abranger a pluralidade e totalidade da pessoa humana, bem com as suas múltiplas visões e interpretações. A pessoa humana é um sujeito autónomo, social e consciente, em que a sexualidade está intrínseca na sua própria natureza e esta não pode ser encarada fora do quadro das relações que tem, à semelhança de qualquer outra manifestação da sua existência.

A sua aprendizagem ocorre ao longo da vida, envolvendo processos básicos de domínio afectivo, cognitivo, comportamental e social (Vaz, Vilar & Cardoso, 1996). Estando presente ao longo de toda a vida, expressa-se diferentemente nas diversas etapas pelas quais o ser humano vai passando e vivenciando. Trespasando os mais diversos domínios (por exemplo, desde o relacionamento interpessoal), ela está presente no nosso dia-a-dia, desde o momento da concepção e até à morte, e é indubitavelmente condicionada ou até mesmo modelada por uma combinação complexa de factores de ordem biológica,

cognitiva, psicológica, social, cultural, política, interpessoal e axiológica (Veiga, Teixeira, Martins & Meliço-Silvestre, 2006). Para Cavidad e Sánchez (2005), desde o século passado têm surgido algumas abordagens explicativas do processo desenvolvimental da sexualidade com diferentes enfoques que na área psicosexual, quer na sócioafectiva e cognitiva, mas na verdade, certo é que ainda não foi possível explicá-la na sua totalidade e de forma integrada. Barragán e Domínguez (1996), consideram a sexualidade como o resultado da interacção entre indivíduo e o meio ambiente, e que a construção da sexualidade surge ao longo da vida a partir da observação, das experiências e das interacções entre iguais.

Segundo Sanchez (1990), a aprendizagem da sexualidade ocorre por modelagem sendo o processo da educação sexual mais acidental e menos intencional, podendo ser mediada por observação e aprendizagem do comportamento por modelos reais (pais, irmãos, familiares, pares), por modelos intermediários (jogos, roupa, adornos, actividades), por modelos simbólicos (media, revistas) e por modelos considerados exemplares (figuras públicas, ídolos).

Dissociar a sexualidade da escola pode constituir um erro. Ela está presente em todos os momentos escolares, quer nas simples brincadeiras de recreio (como os jogos de “esconde – esconde”, nas brincadeiras de “médicos e enfermeiras”, no jogo da “verdade ou consequência”), quer nos primeiros enamoramentos que frequentemente assolam os estudantes (Louro, 2001). A escola é um local de relações interpessoais por excelência, onde a identidade sexual e social é também construída, muito embora não definitivamente nem exclusivamente mas sobretudo, quer exista ou não na escola a formação em educação sexual (Epstein & Johnson, 2000; Egypto, 2003).

O trabalho está estruturado a partir de um enquadramento teórico onde no primeiro ponto, damos a conhecer a perspectiva histórica-normativa da educação sexual. O segundo ponto fala da implementação da educação sexual. De seguida, descrevemos a metodologia adoptada e prosseguindo dando a conhecer os resultados obtidos e apresentando a discussão dos resultados, estabelecendo a relação com as questões orientadoras. Para terminar, na conclusão, destacamos os principais resultados e implicações da pesquisa, evocando algumas limitações metodológicas e seguindo-se algumas pistas para novas investigações.

Enquadramento teórico

Perspectiva histórica-normativa da educação sexual

Ao nível internacional

No final do século XX, sobretudo na sociedade ocidental, assistiu-se a grandes e rápidas transformações nas normas e valores sociais, incluindo as questões da sexualidade humana (Vilar, 2003).

Na Europa, segundo Berdún (2001), podemos afirmar que a educação sexual moderna teve início na Suécia, em 1942, ao ser instituída a disciplina de educação sexual a partir dos sete anos de idade, tendo sido alargada em 1956 até aos 19 anos de idade. Os professores eram voluntários e prevalecia o modelo biologista. Em Espanha e em Portugal, a educação sexual é implementada pouco consistente, sendo alvo de críticas e limitações (Carreras & Eijo, 1995). Barragán e Dominguez (1996), criticam o modelo vigente, qualificando-o de “biologista” e consideram que nunca houve vontade política para dar formação aos professores nesta área.

Para Harrison (2000), no Reino Unido e no País de Gales, a educação sexual nas escolas, sofreu avanços e recuos porque se encontrava dependente do poder político instituído. Situação também verificada em Portugal. A problemática em torno das questões relacionadas com as infeções sexualmente transmissíveis (IST's), e o vírus da imunodeficiência humana (HIV), despoletou o debate público da educação sexual nas escolas, bem como a necessidade em dar formação aos professores. O mesmo autor refere que no Reino Unido desenvolvem-se junto dos alunos, no âmbito da disciplina de educação sexual, workshops onde aqueles lidam com a temática e com materiais apropriados. Actualmente, naquele país, existe uma disciplina curricular obrigatória na qual é dado grande ênfase à anatomia humana, e onde os pais dos alunos podem solicitar a exclusão dos seus educandos dessas aulas (Harrison, 2000). Na Irlanda, no ano lectivo 2003/04, o Governo tornou obrigatória a educação sexual. Neste país, são as escolas que definem o seu próprio programa e os pais podem decidir se querem que os seus filhos frequentem estas aulas (Leiria, 2004). Em França, em 1973 é declarada a obrigatoriedade da informação sexual nas escolas, mas por outro lado, as escolas podem ou não contemplar no seu curriculum esta formação a dar aos seus alunos (Leiria, 2004). Na Polónia a educação sexual nas escolas é obrigatória, desde 1963, e assenta num modelo informativo de cariz biológico (Barragán & Domingues, 1996).

Nos Estados Unidos da América (E.U.A.), desde 1970 que são implementados programas de educação sexual nas escolas públicas, onde a informação passa pelos métodos contraceptivos e planeamento familiar (Leiria, 2004). Segundo o mesmo autor, o modelo de educação sexual liberal (resposta à repressão social, através de movimentos juvenis, intelectuais, grupos minoritários, como políticos ou de homossexuais) é o que predomina nas escolas deste país, no entanto, há o recurso ao modelo conservador (normas rígidas de ordem religiosa e ideológica e não aceita comportamentos homossexuais) onde se apela à abstinência sexual, a fim de evitar a gravidez e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

No outro lado do globo, no oriente, também se tem verificado um conjunto de transformações profundas e aceleradas nos valores, normas e práticas sociais sobre as questões da sexualidade. Na China, por exemplo, em 2004 o governo institucionalizou a educação sexual de forma experimental em três cidades, incluindo Pequim, mas só para raparigas dos 12 aos 18 anos de idade (Leiria, 2004).

Ao nível nacional

A vontade de implementar a “Educação Sexual” nas instituições com responsabilidade social em Portugal tem dado origem nos últimos trinta anos, a debates ideológicos e também políticos. Até 1974, não existia qualquer tipo de abordagem a este nível. O convívio entre os jovens de diferentes sexos, nesta altura era reprimido. Estudava-se nas escolas a reprodução das plantas e dos animais e só uma minoria da população portuguesa tinha acesso ao ensino.

Na década de 60 e 70, mesmo que de forma tímida, a pílula contraceptiva começou a ser conhecida, os movimentos feministas, juvenis, entre outros, começaram a falar da sexualidade e esta temática passou a estar presente no debate público a par dos direitos entre os sexos (Vilar, 2003). Em 1973, assiste-se a algumas mudanças estruturais no ensino, implementadas pelo Ministro da Educação, Veiga Simão, nomeadamente, a escolaridade obrigatória, a educação pré-escolar, o ensino misto, mas a educação sexual não é considerada necessária. No após 25 de Abril de 1974, Portugal sofreu grandes alterações políticas e sociais e a educação sexual nas escolas continua a não ser prioritária, embora o planeamento familiar passasse a ser considerado um direito constitucional. Em 1981, surgiram estudos que apontavam para o aumento da gravidez indesejada e consequentemente do recurso ao aborto, assim como emergem na sociedade portuguesa

problemas ao nível da saúde pública o HIV. Através da Lei 120/99, são recomendados programas de instrução sobre sexualidade humana, aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, IST's e HIV, métodos contraceptivos e planeamento familiar, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidade e igualdade entre os géneros no ensino básico. Recentemente, a Lei-60/2009 estabeleceu o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar e alargou a sua aplicação até ao ensino secundário. A Portaria nº 196-A/2010, regulamentou esta lei e criou orientações curriculares para cada nível de ensino, algumas passam por questões da noção de corpo, da gravidez e das IST's e HIV, consequências de uma má gestão da sexualidade, prevenção dos maus tratos e também pretende alertar os jovens para aproximações afectivas abusivas. Está subjacente que a partilha de informação adequada sobre a sexualidade, pode contribuir para escolhas mais seguras em relação ao comportamento sexual dos jovens, quer no presente quer no futuro. Não obstante a conjuntura ao nível da política educativa ser favorável à introdução da educação sexual nas escolas, tem-se assistido a alguma vergonha e desconforto, assim como, dúvidas, desconhecimento e fragilidades nos educadores na abordagem deste tema, quer na instituição escola, quer no meio familiar (Paiva & Paiva, 2002).

Exercício da educação sexual

Agentes responsáveis

Segundo Marques (1997), em Portugal, ao longo dos últimos 20 anos, desenvolveram-se vários modelos de formação de professores sem se verificar uma adequada avaliação destes. Segundo o mesmo autor, o ensino não contemplou a formação em valores na educação, nem no desenvolvimento pessoal, social e moral dos futuros professores, e a visão ecológica (relação escola-meio) da educação também não foi relevada na formação dos professores. Assim, as instituições do ensino superior delegam funções no orientador de estágio para este relacionar a teoria com a prática (Alarção, 1996).

Na investigação levada a cabo por Teixeira (2002) com futuros professores do 1º ciclo, foi detectada a existência de concepções erradas acerca da reprodução humana, antes da formação por si levada a cabo e a persistência de algumas concepções após a formação. A investigadora verificou que os manuais escolares constituem frequentemente veículos de concepções do senso comum, afectando a aprendizagem de conceitos científicos, reforçando valores e crenças dominantes. Os futuros professores são eles próprios

instruídos a não educados, embora seja consensual que a formação de professores se deva fazer segundo um modelo reflexivo, quer por parte do docente quer do próprio discente, não se assistindo a uma preparação dos futuros docentes nesse sentido (Renaud, 2001a & Haydon, 2003). Para Marques (1997), a Associação para o Planeamento Familiar (APF) incidiu sobretudo na sua formação contínua, a formação de professores que evidenciassem interesse por esta temática e não há referência que tenham tido por parte das instituições de ensino superior, quaisquer pedidos para formar professores universitários ou futuros professores. A sua acção incidiu, igualmente, na formação de encarregados de educação, auxiliares de educação e de forma mais directa em alunos e a escolas que assim o desejassem. Revisitando outras universidades responsáveis pela formação de professores na comunidade europeia, Estados Unidos e Canadá, verificou-se igualmente um défice de formação do professor no âmbito destas temáticas (Marques, 1997).

Harrison (2000), num trabalho realizado com alunos universitários e professores formados nesta área, reconheceu que embora a grande maioria tivesse demonstrado gosto e aptidão para a temática, o cumprimento das suas tarefas não lhes deixava muito tempo para reflectir, partilhar experiências e aprofundar temáticas de educação sexual. Assim, podemos aferir que a reduzida ou mesmo quase nula formação inicial dos professores no âmbito da educação sexual afecta a grande maioria dos países cujas universidades dispõem de cursos específicos para o ensino.

É consensual a consciencialização de que os professores têm um papel importante a desempenhar na formação/informação em educação sexual dos seus alunos (Cortesão, Silva & Torres 1989; Mendes, 2002; Silva, 2004). A justificação apresentada é que difere, ora acentuando aspectos mais do foro científico – pedagógico – didáctico, ora mais de nível psicológico e social. Os adultos desempenham um papel importante juntos dos jovens uma vez que estabelecem balizas, mesmo que estas sejam frequentemente ultrapassadas ou transgredidas por estes. Para os jovens, as pessoas mais velhas podem proporcionar-lhes uma visão de segurança e de experiência de vida mais alargada, que ainda não possuem. Pais e professores devem ser os principais agentes de formação em educação sexual incluindo os afectos e os valores humanos minorando a profunda crise que afecta as sociedades (Pascual, 1988). Os professores, distanciados de uma relação familiar com os seus alunos, detêm um posicionamento ideal para abordar sobre os esforços e os sacrifícios que a gestão da afectividade exige (Renaud, 2001). Inerentemente à profissão, estes são conhecedores de diversas metodologias activas bem como do próprio programa curricular.

Assim, é natural que tenham mais facilidade para desempenhar esse papel, mas, continua a não ser fácil encontrar em todas as escolas professores que levem a cargo esta tarefa.

Em Portugal, em 1987, Sampaio concluiu na sua investigação, que a maioria dos professores evidenciava uma postura reticente e indecisa quanto à ideia de implementar programas de educação sexual, pois não se consideravam preparados. Também num estudo de caso levado a cabo por Mendes (2002), os professores evidenciaram algum receio em implementar a educação sexual, alegando a falta de formação e/ou dificuldade de ordem ética e moral, bem como poucos recursos materiais de apoio na abordagem daquela temática. Reconheceram, porém, a necessidade de a implementar. Recentemente, num estudo realizado em Portugal com base numa amostra de 600 professores de diversas zonas, de norte a sul do país, aqueles demonstraram uma atitude positiva quanto à implementação do currículo inovador de educação sexual nas escolas, não tendo sido confirmada a hipótese de que as pessoas mais religiosas teriam uma atitude mais negativa em relação a essa temática, ou que os professores mais liberais tivessem uma atitude mais positiva e se sentissem mais confortáveis para abordar o tema com os seus alunos (Reis & Vilar, 2004). Um estudo realizado por Silva (1994), apontou para a disponibilidade dos professores em frequentar acções de formação sobre educação sexual mas, paradoxalmente, não se mostraram predispostos a leccioná-la embora tivessem reconhecido inúmeras vantagens na sua implementação a nível escolar. Aliás, consideraram que aquela está implementada de forma implícita.

Quanto à educação dos valores, Carreras e Eijo (1995), referenciaram que do trabalho que foi desenvolvido junto de professores, verificaram que estes consideraram que os valores eram fundamentais para a vivência em sociedade e, por isso, seria importante trabalhar com os alunos, especialmente o respeito pelas pessoas e pelas coisas, seguido da responsabilidade e, por último, a solidariedade como os valores mais votados.

No entendimento daqueles autores, os professores necessitavam de formação e treino especializados, pois, tinham de estar preparados para lidar com sentimentos, situações imprevistas que pudessem surgir, mitos sobre a sexualidade e, sobretudo, sentirem-se à-vontade com a sua própria sexualidade.

Segundo Ribeiro (1990), os professores, deviam acima de tudo acreditar na importância e na necessidade de levar a cabo na sala de aula debates sobre temas diversos de sexualidade.

Também Canavarro (1999), considerou que os professores de biologia eram, maioritariamente, os que por questões programáticas abordavam alguns temas de educação sexual, fazendo-o de forma mecanicista e empobrecendo matérias importantes da relação humana. Referiu ainda que ao não abordarem aspectos do foro psicológico ficam aquém do que é pretendido.

Coutinho (2004), num estudo de caso desenvolvido junto de quatro professores que leccionavam ciências da natureza no 8º ano de escolaridade, quanto à forma como estes implementavam a unidade temática “*Transmissão da Vida*” corroborou em parte a opinião de Canavarro. Aqueles professores praticavam um ensino transmissivo, sem recurso às áreas relativas à nova filosofia da ciência, à aprendizagem e à ética e, de uma forma geral, não se preocupavam em diagnosticar as concepções dos alunos relativamente à temática da sexualidade. Numa unidade temática onde, por excelência, se deviam abordar aspectos relacionados com a sexualidade e valores, não eram criadas nas aulas situações para uma reflexão e partilha de opiniões e valores. A abordagem desta unidade temática e grau de profundidade parecia ficar aquém do que era pretendido.

É curioso verificar que no estudo levado a cabo por Pires (2001), os professores posicionavam a escola, os próprios colegas, os pais e a sociedade em geral no mesmo nível de hierarquia de responsabilidade pela transmissão de valores. Por outro lado, os pais, colocavam em primeiro lugar a escola e, em segundo lugar, os professores e a sociedade em geral.

Actualmente, os *media* também se apresentam como agentes difusores de valores e contravalores, visto que não propõem um único modelo de comportamento mas antes um reportório de alternativas nem sempre as mais adequadas e, conseqüentemente, as crianças e os adolescentes desde muito cedo podem ser submergidos pelos *media* para uma sexualização omnipresente e empobrecida de uma visão ampla e integradora da sexualidade humana (Alberoni, 2000).

Práticas em contexto educativo

Algumas investigações têm salientado a importância dos pares como principal fonte de formação e informação na educação sexual e nas mudanças de atitudes (Veiga, Meliço - Silvestre, Martins & Teixeira, 2000). Gagnon e Simon (1977), citando vários estudos realizados por investigadores, concluíram que, na realidade, o grupo de pares tem uma influência determinante na educação sexual informal dos jovens.

No estudo de Pires (2001), os professores demonstraram ter a consciência de que a influência do grupo de pares na transmissão de informação, valores e atitudes nos jovens é basilar, pelo que dever-se-ia pensar nos grupos de pares como agentes de formação e informação de forma mais activa e mediada por professores. Assim, seria de apostar na formação de um grupo de jovens no domínio da educação para os valores em sexualidade, para que estes, por sua vez, fossem agentes de formação junto dos seus colegas.

Para Harrison (2000), existem alguns estudos sobre o referido tipo de modelo de implementação da educação sexual com a intervenção dos pares, e que demonstram haver mudanças positivas nos adolescentes relativamente aos conhecimentos, competências e até mesmo relato de confidências, quando as aulas são monitorizadas por jovens, nomeadamente em actividades de discussão, trabalho de grupo e role-play. Num estudo feito a jovens portugueses, no qual foram questionados sobre a fonte de informação que preferiam no acesso a conteúdos relacionados com a sexualidade, responderam: “falar com um amigo” em detrimento a “falar com os pais”, “com outros familiares”, ou “com professores” (Matos, Simões, Tomé, Pereira & Diniz, 2006).

Segundo Brochu (2006), a necessidade e a pertinência da educação sexual em meio escolar já foram socialmente validadas. Porém, levanta-se a questão de saber que estratégias se apresentam mais eficazes na sua implementação. Além do que, o reconhecimento das potencialidades da educação pelos pares como estratégia preventiva, poderá merecer confiança para resultados promissores no terreno da intervenção, mais do que os antecedentes teóricos e conceptuais, objectivamente definidos e de avaliação sistemática.

Na mesma linha de pensamento, temos em Portugal a Fundação Portuguesa (“A Comunidade Contra a Sida”), a qual dispõe de um programa de intervenção com adolescentes em contexto escolar: o Programa Nacional de Educação pelos Pares. Este programa/ projecto de intervenção ao nível da prevenção de comportamentos de risco no âmbito da sexualidade, recorre a estudantes universitários voluntários supervisionados por um professor na implementação do programa com a duração de três anos nas escolas. O projecto pretende que a população alvo dos primeiros níveis de intervenção, alunos do 2º ciclo, se transformem nas etapas posteriores do programa, em pares líderes para trabalharem temas relacionados com a sexualidade com os seus colegas mais novos (Veríssimo e al., 2008).

Têm vindo a ser reforçados programas de prevenção no meio escolar que integram factores como o desenvolvimento de competências através de programas activos e interactivos, com recurso aos pares e a modelos de influência social de forma intensiva, na perspectiva de que a longo prazo haja continuidade na intervenção em múltiplos contextos da vida social e familiar dos jovens beneficiários da intervenção (Brochu, 2006; Cuijpers, 2002).

Metodologia

Neste ponto apresenta-se a descrição da metodologia de investigação utilizada neste estudo. Esta investigação para ser melhor compreendida dividiu-se em duas partes, sendo que a primeira tem por base a realização de um estudo exploratório junto dos professores e a segunda numa lógica de investigação-acção estudou a implementação do ensino da educação sexual num contexto escolar num determinado período de tempo.

Os objectivos e questões da investigação foi conhecer como está a ser implementada a educação sexual no ensino secundário e recolher de um grupo de alunos a percepção que têm sobre as temáticas a abordar em educação sexual. A investigação teve cinco objectivos específicos a considerar: a) Conhecer a percepção que os professores têm sobre a educação sexual nas escolas; b) Perceber se têm conhecimento sobre a lei em vigor (Portaria nº 196-A/2010 de 9 de Abril); c) Compreender se estão preparados para a implementação da Portaria nº 196-A/2010 de 9 de Abril; d) Conhecer a percepção que um grupo de alunos tem sobre educação sexual; e) Implementar e avaliar algumas sessões de educação sexual.

Estes cinco objectivos específicos, remetem-nos para um aspecto fundamental, o facto de assistir aos jovens o direito de serem preparados para uma educação sexual responsável e saudável, no presente e para o futuro, na perspectiva da construção de uma cidadania mais responsável. Os dados recolhidos pretendem ser um contributo à reflexão e à implementação desta prática educativa.

Tendo em conta os objectivos apresentados formularam-se as seguintes questões de investigação:

1. Qual a percepção que os professores têm sobre a educação sexual?
2. Qual o conhecimento e aceitação que os professores têm da lei em vigor?
3. Qual a percepção que têm dos conteúdos programáticos estipulados na lei em vigor?
4. Qual a percepção que um grupo de alunos tem sobre a educação sexual?

5. Qual é a importância das sessões em educação sexual para os alunos de um grupo específico?

Participantes

Para a selecção da população foi utilizado o método de amostragem por conveniência, uma vez que os dados recolhidos foram conseguidos através de uma entidade pública, que facilitou a obtenção da autorização para a consecução do estudo, tendo em conta os objectivos propostos. Só foram incluídos no presente estudo os professores/ directores de turma e os alunos que demonstraram interesse em participar e tiveram a garantia de confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos. O campo de estudo desenvolveu-se em duas escolas, uma na Cidade do Funchal e outra no Concelho da Calheta. Neste sentido, contou com dois grupos de participantes a referir: a) a participação de 51 professores que leccionam no ensino secundário e são directores de turma ou já tiveram a seu cargo esta função; b) a participação de uma turma constituída por 8 alunos do ensino secundário, que frequentavam o 12º ano do ensino profissionalizante, do Curso de Educação e Formação (CEF), destinados a dar a oportunidade aos jovens para poderem concluir a escolaridade obrigatória.

No grupo dos professores participantes, num total de 51 elementos, 36 são directores de turma na data do estudo e 15 já tiveram uma direcção de turma à sua responsabilidade. Como a diferença entres este numero de participantes é estatisticamente significativa [$\chi^2(1,51)=8,647$; $p<.005$] tomaremos em atenção este aspecto na posterior análise dos dados. Os professores participantes, têm idades compreendidas entre os 26 e os 60 anos de idade ($M = 42,9$; $DP = 7,997$), 37 são do sexo feminino (72,5%) e 14 do sexo masculino (27,5%). A formação académica dos participantes recai na área das ciências exactas e da natureza e tecnologia com cerca de 24 professores (47,1%), seguidos das línguas com 15 professores (29,4%), ciências humanas e sociais com 11 professores (21,6%) e um professor na área das expressões (2,0%). Ao nível dos anos de serviço, estes variam entre um e 39 anos ($M = 19,3$; $DP = 9,4$).

O grupo dos alunos participantes, num total de oito alunos, têm idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos de idade ($M = 20$; $DP = 1,2$) e seis alunos são do sexo feminino (75%) e dois alunos são do sexo masculino (25%).

Procedimentos

Num primeiro momento foi contactada uma escola secundária na Cidade do Funchal, onde foi apresentado o interesse em realizar este estudo. Posteriormente foi pedida autorização ao seu director para serem aplicados questionários a todos os professores, directores de turma que estivessem a exercer a função de direcção de turma. Os questionários foram entregues e foram recolhidos por um responsável da direcção da escola. Provavelmente, atendendo a que era fim do ano lectivo, assistimos a alguma dificuldade em conseguir que todos os directores de turma desta escola respondessem ao questionário. Face a esta dificuldade, houve a necessidade de recorrer a uma outra escola, para serem aplicados mais questionários. Neste âmbito, no início do ano lectivo seguinte, foi pedida nova autorização ao director de uma escola no Concelho da Calheta, para serem aplicados os questionários, tendo sido desenvolvido os mesmos procedimentos.

No que se refere, ao grupo de alunos, foram implementadas apenas sessões de educação sexual após a autorização do director do Curso de Educação e Formação (CEF), na escola da Cidade do Funchal e foram aplicados pela investigadora e em contexto de formação em sala de aula, em dois momentos (pré e pós-teste).

O estudo seguiu uma metodologia qualitativa e quantitativa (Almeida & Freire, 2003; Creswell, 2007). Os dados foram recolhidos através do inquérito por questionário e foram analisados num primeiro momento através da análise de conteúdo e desta análise foram construídas categorias (Bardin, 2008), tendo como base a análise qualitativa que pretende obter informação de indivíduos, comunidades, contextos, variáveis ou situações em profundidade, nas próprias “palavras”, “definições” ou “termos” dos indivíduos em seu contexto (Sampieri, Collado & Lucio, 2006). Posteriormente, numa perspectiva mais quantitativa os dados foram informatizados e analisados com recurso à análise estatística não paramétrica, ou seja, análise de frequência e Qui-quadrado (Pereira, 2008), com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, 17.0).

Instrumentos

Os instrumentos de avaliação utilizados no presente estudo foram construídos no sentido de ajudarem a alcançar os objectivos propostos e responder às questões de investigação colocadas.

Neste âmbito foi construído um inquérito por questionário (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2008) com onze perguntas abertas (anexo 1), dirigidos aos directores de

turma e com o objectivo de obter informações e percepções, que permitissem avaliar os conhecimentos e as necessidades estes sentem acerca da educação sexual e da implementação da lei em vigor (Lei-60/2009, de 6 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 196-A/2010, de 9 de Abril) que regulamenta actualmente a educação sexual nas escolas. O questionário antes de ser aplicado definitivamente, passou por uma prova preliminar, a fim de se analisarem possíveis falhas na redacção das perguntas e de definir a melhor ordem de apresentação das questões (Hill & Hill, 2009). Esta análise foi realizada mediante a aplicação de um questionário a um professor de uma das escolas onde decorreu o estudo.

Junto dos alunos foi aplicado, num primeiro momento, um inquérito por questionário de resposta aberta e de avaliação qualitativa de tipo de diagnóstico de conhecimentos, considerado Pré-teste (anexo 2), com o objectivo de conhecer os temas que os alunos consideram que devem ser tratados em sala de aula em educação sexual e que servirão para a organização das sessões de educação sexual. Num segundo momento avaliativo, e após as sessões implementadas, foram aplicados dois instrumentos de avaliação, nomeadamente, um questionário de resposta aberta, como pós-teste (anexo 3), que pretendeu servir também de indicador para futuras propostas de formação nesta matéria e um questionário de resposta fechada para avaliação das sessões (anexo 4).

As sessões de educação sexual desenvolveram-se ao longo de cinco sessões (anexo 5), com cerca de 90 minutos, que teve como objectivos gerais desenvolver nos alunos atitudes reflectivas sobre educação sexual. Ambicionou ainda, desenvolver capacidades de autocrítica, promovendo o respeito e a aceitação de diferentes opiniões, assim como, desenvolver nos alunos capacidades interpretativas e reflexivas de situações da vida real. Além disso, indo de encontro às necessidades referidas pelos alunos, abordaram-se aspectos relacionados com as mesmas (por exemplo, IST's e HIV).

Resultados

O grande objectivo geral da investigação procurava explorar as percepções sobre o conhecimento e a implementação da educação sexual no ensino secundário junto de um grupo de professores, bem como as percepções dos alunos face a uma experiência concreta de sessões de educação sexual.

Neste sentido vamos proceder à apresentação dos resultados da investigação. Num primeiro momento, são apresentados os resultados obtidos por cada questão que foi

colocada aos professores sendo os dados foram organizados por categorias. Num segundo momento, apresentamos os resultados obtidos junto dos alunos sobre os temas considerados pelos próprios, que devem ser abordados em educação sexual em contexto de sala de aula e sobre a avaliação das sessões implementadas.

Resultados obtidos junto dos professores

Neste ponto damos a conhecer os dados das respostas ao questionário (anexo 1) que foram dadas pelos professores/ directores de turma que têm ou já tiveram à sua responsabilidade uma direcção de turma. Os dados apresentados foram interpretados através da análise de conteúdo e de análises estatísticas, sendo que, as categorias apresentadas foram construídas a partir da leitura e da interpretação qualitativa às respostas dadas pelos inquiridos.

Respostas ao inquérito

Assim sendo, começamos por apresentar no quadro 1 a opinião que os professores têm sobre o ensino da educação sexual nas escolas.

Quadro 1- Opinião dos professores sobre educação sexual nas escolas

Categorias	f	%
Necessária	33	64.7
Não Concorda	2	3.9
Sem opinião	2	3.9
Ministrada por profissionais com formação em ES	14	27.5
Total	51	100

n=51

Consultando o quadro 1, verificamos que 33 dos inquiridos, sendo a grande maioria dos professores (64,7%), consideram ser necessário haver formação em educação sexual nas escolas. Verificamos também que 14 dos professores inquiridos considera que esta matéria, deveria ser ministrada por profissionais com formação específica (27,5%).

De seguida, o quadro 2 refere-se á opinião que os professores têm sobre a Lei-60/2009 de 6 de Agosto e que foi regulamentada pela Portaria nº 196-A/2010 de 9 de Abril, que estabelece que a educação sexual deve ser aplicada no ensino básico e secundário.

Quadro 2- Opinião dos professores sobre a lei em vigor

Categorias	f	%
Discorda	3	5.9
Concorda	31	60.8
Não responde	2	3.9
Não tem conhecimento	15	29.4
Total	51	100

n=51

Da análise do quadro 2, podemos apurar que 31 dos professores inquiridos, constituindo a grande maioria dos inquiridos (60,8%), concordam com o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, sendo que, 15 dos inquiridos não têm conhecimento desta lei (29,4%).

Em relação o que professores pensam das orientações curriculares, nos vários níveis de ensino, que a portaria define, podemos consultar no quadro 3 diferentes tipos de respostas.

Quadro 3- Opinião dos professores sobre as orientações curriculares definidos pela portaria em vigor

Categorias	f	%
Não respondeu	10	19.6
Desconhece	25	49
Sem opinião	2	3.9
Difícil aplicabilidade	1	2
Concorda	13	25.5
Total	51	100

n=51

Podemos observar no quadro 3, que 25 dos inquiridos, no que se refere à opinião acerca das orientações curriculares definidas na portaria, uma maioria desconhece essas orientações (49,0%). No entanto, há 13 inquiridos (25,5%), que concordam com as orientações da portaria, facto que nos pode levar a supor que este pequeno grupo de inquiridos conhece as orientações curriculares da mesma.

Tomando a pergunta sobre os temas que na opinião dos professores deveriam ser abordados em educação sexual, encontramos no quadro 4 uma ilustração das suas respostas.

Quadro 4 – Opinião dos professores sobre os temas que deveriam ser abordados em educação sexual

Categorias	f	%
Afectos	13	20
IST's e HIV	23	35
Planeamento Familiar	3	4.5
Gravidez na Adolescência	7	11
Questões Biológicas	1	1.5
Temas a definir pelos alunos	3	5
Namoro	1	1.5
Aborto	1	1.5
Violência Sexual	2	3
Importância da educação sexual	2	3
Responsabilidade individual	7	11
Não respondeu	2	3
<i>Total</i>	<i>65</i>	<i>100</i>

n=51

De todas as categorias identificadas pelos inquiridos constata-se no quadro 4, que 23 professores (35%) responderam que os temas a serem abordados em sala de aula passariam pelas IST's e HIV seguindo-se de 13 professores (20%) que referem o tema afecto (20%). Também é de referir, que dois grupos de sete inquiridos (11%) apresentam como tema a abordar em sala de aula, a responsabilidade individual em educação sexual e a gravidez na adolescência. Verificamos ainda, que o número de respostas nas categorias (f=65) é superior ao número de professores (n=51) o que significa que alguns professores referiram mais do que uma categoria. Por exemplo, um participante escreveu uma resposta contemplando três categorias, ou seja, “planeamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência”.

De seguida, no quadro 5 apresentamos o que os inquiridos pensam sobre a preparação/ formação dos professores nesta matéria.

Quadro 5- Opinião dos professores sobre a sua da preparação/ formação

Categorias	f	%
Insuficiente	41	80.4
Suficiente	1	2
Desconhece	3	5.9
Ter formação específica	5	9.8
Não responde	1	2
Total	51	100

n=51

No que se refere à preparação/ formação dos professores em educação sexual, 41 dos inquiridos, sendo a grande maioria (80,4%), não se sente com preparação/ formação, e 5 dos inquiridos (9.8%), corroboram da opinião de que deve haver mais formação específica nesta matéria.

Procurando explorar também a motivação dos docentes apresentamos no quadro 6 as frequências e percentagens das respostas que revelam em que medida os professores se sentem motivados e preparados para trabalhar a educação sexual na sala de aula.

Quadro 6- Opinião dos professores sobre a sua motivação e preparação

Categorias	f	%
Sem motivação	2	3.9
Sem motivação e preparação	29	56.9
Motivado	8	15.7
Motivado e preparado	12	23.5
Total	51	100

n=51

No que concerne à motivação e preparação dos professores para trabalhar o tema da educação sexual na sala de aula, 29 dos professores, sendo a grande maioria (56,9%), considera não possuir motivação nem preparação, sendo que 12 professores sentem-se em simultâneo motivados e preparados (23,5%).

Passando para outra questão, o quadro 7 revela-nos a frequência e percentagem de respostas sobre se os inquiridos sentem que a educação sexual é uma dimensão a ser tratada na sala de aula.

Quadro 7- Opinião dos professores sobre a abordagem da educação sexual na sala de aula

Categorias	f	%
Não	10	19.6
Sim	37	72.5
Não sabe	4	7.8
Total	51	100

n=51

Da análise ao quadro anterior, verifica-se que 37 dos inquiridos (72,5%), constituindo-se a grande maioria, considera que a educação sexual deve ser trabalhada na sala de aula. No entanto, encontram-se 10 inquiridos com opinião contrária (19,6%).

Sobre o conhecimento se o projecto educativo da escola contempla a educação sexual, encontramos no quadro 8 as categorias e as respectivas frequências e percentagens de respostas dos professores.

Quadro 8- Opinião dos professores sobre se o projecto educativo da escola contempla a educação sexual

Categorias	f	%
Sim	33	64.7
Muito pouco	2	3.9
Não tem conhecimento	10	19.6
Não responde	4	7.8
Não contempla	2	3.9
Total	51	100

n=51

Da análise ao quadro 8, verifica-se que 33 dos inquiridos (64,7%), sendo a grande maioria, considera que o projecto educativo da escola contempla, na formação a dar aos alunos, a educação sexual e cerca de 10 inquiridos (19,6%) dos inquiridos, não tem conhecimento se esta matéria está contemplada no projecto educativo da sua escola.

Procurando explorar as medidas de intervenção adaptadas pelas escolas, o quadro 9 apresenta as medidas que na opinião dos professores a escola já está a implementar.

Questão 9 – Opinião dos professores sobre as medidas implementadas pela escola

Categorias	f	%
Recurso a formadores do exterior	16	30
Projecto interno escolar	18	34
Projecto ESA	4	8
Implementa pouco	1	2
Não tem conhecimento	6	11
Não contempla	1	2
Não respondeu	7	13
<i>Total</i>	<i>53</i>	<i>100</i>

n=51

Podemos observar, consultando o quadro 9, que 16 professores (30,0%) afirma que a sua escola dá formação aos seus alunos nesta matéria, com recurso a formadores convidados. Observa-se ainda que 18 professores (34%) afirmam que a escola contempla no projecto interno a educação sexual, mas não especificam de uma forma geral essas sessões. Mais uma vez o número de respostas nas categorias (f=53) é superior ao número de respostas (n=51) o que significa que dois professores dão repostas que contemplam mais do que uma categoria (por exemplo, o sujeito 29 respondeu, “ acções de formação efectuadas por professores da escola (...) e convidados como psicólogos, enfermeiros”).

No que respeita à actuação individual dos directores de turma e professores, o quadro 10, dá-nos a conhecer o nível de implementação no âmbito da educação sexual, bem como a percepção de facilidades e dificuldades que sentem nessa actuação.

Quadro 10- Opinião dos professores sobre as acções, facilidades e dificuldades sentidas

Categorias	f	%
Não respondeu	7	13.7
Sente dificuldades	11	21.6
Sente facilidades	9	17.6
Não desenvolve acções	9	17.6
Não tem direcção de turma na data do estudo	15	29.4
Total	51	100

n=51

Da análise do quadro 10 podemos observar que 11 dos inquiridos, sentem dificuldades em desenvolver acções (21,6%), nove dos inquiridos responderam que sentem facilidades, e outros nove que não desenvolvem acções nesta matéria (17,6%). Há ainda a referir que sete inquiridos não responderam (13,7%) e 15 inquiridos que não têm nesta data, uma direcção de turma (29,4%).

A finalizar, o quadro 11, apresenta outros aspectos que os inquiridos consideraram importante referir e que não estavam contempladas nas questões previamente formuladas no inquérito.

Quadro 11 – Outros aspectos que os professores quiseram referir

Categorias	f	%
Mais formação aos professores	7	17
Tempo lectivo semanal	1	2.5
Integrada no currículo escolar	1	2.5
Participação das famílias	4	8
Carácter obrigatório	1	2.5
Complemento educacional	2	5
Discorda com o ensino da educação sexual	1	2.5
Conteúdos actualizados anualmente	1	2.5
Não respondeu	33	80
<i>Total</i>	<i>51</i>	<i>100</i>

n=51

Sendo esta resposta considerada facultativa, dando a oportunidade dos inquiridos indicarem aspectos que quisessem referir, constata-se no quadro 11, que 33 dos inquiridos, sendo a grande maioria (80%), não considerou ser necessário referir outros aspectos. No entanto, importa salientar que sete dos inquiridos (17%), fortalecem a necessidade de haver mais formação aos professores em educação sexual e quatro dos participantes (8%) referem a participação das famílias dos alunos.

Depois de apresentarmos os dados recolhidos através da aplicação do inquérito por questionário, verificamos que a constituição de categorias em alguns quadros (1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10 e 11) é mutuamente exclusiva, ou seja, a resposta dada pelos participantes é enquadrada apenas numa categoria, fazendo assim coincidir o somatório de frequências das respostas em todas as categorias com o número de participantes ($n=51$). Nos restantes quadros (4 e 9) o número de respostas frequências (65 e 53, respectivamente) é superior ao número de participantes o que significa que há inquiridos que dão respostas que encaixam em mais do que uma categoria. Por exemplo, um sujeito referiu que os temas “*planeamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência*” deveriam ser os temas a abordar em sala de aula.

Respostas ao inquérito em função do subgrupo

No que se refere aos resultados obtidos junto dos professores, uma vez que a amostra de participantes é bastante heterogénea passaremos a uma análise das respostas do inquérito (excepto respostas do quadro 4 e 9) de forma mais discriminada em função de algumas variáveis que nos parecem pertinentes, ou seja, vamos proceder à apresentação

dos dados introduzindo uma análise por subgrupos (Qui-quadrado) face a algumas condições: o papel do professor como director de turma, a idade, o género, a área de formação e os anos de serviço.

Papel do professor, género e formação académica

Tomando como critério de análise a função do professor como director de turma (na data do estudo, 36 professores têm à sua responsabilidade uma direcção de turma e 15 professores já tiveram a seu cargo uma direcção de turma em anos anteriores, sendo esta diferença de número de sujeitos estatisticamente significativa [$\chi^2(1,51)=8,647$; $p<.005$]), e considerando as respostas que deram no questionário, verificamos que entre os dois grupos não há diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao conteúdo das várias respostas dadas ao questionário. Da mesma forma, também não se encontram diferenças estatisticamente significativas às questões em análise quando apreciamos as respostas em função do género (masculino e feminino) ou em função da formação académica (línguas, ciências exactas e da natureza e tecnologia, expressões e ciências humanas e sociais).

Perante estes dados podemos considerar o grupo de participantes como um todo, ou seja, não distinguindo os directores de turma dos professores que não exercem esse cargo, não distinguindo os professores do género masculino do feminino e nem distinguindo os professores em função da sua formação académica de base, uma vez que as respostas às questões consideradas não se diferenciam entre eles.

Idade

Para considerar como variável a idade dos inquiridos, procedemos à construção de dois grupos, considerando a média ($M=42,9$) como ponto de corte, o que permitiu-nos ter dois grupos de comparação, um constituído por 26 professores [26 aos 43 anos de idade [e outro por 25 [dos 43 aos 60 anos de idade]. Comparando a idade dos inquiridos com as respostas ao questionário podemos constatar que há diferenças estatisticamente significativas entre o grupo dos inquiridos com menos idade e o grupo do inquiridos com mais idade [$\chi^2(3,51)=11,011$; $p<.01$] no que se refere à opinião sobre o ensino da educação sexual nas escolas como podemos constatar no quadro 12.

Quadro 12 - Diferenças na opinião dos professores sobre educação sexual nas escolas em função da idade

Professor		Necessária	Não concorda	Sem opinião	Ministrada por profissionais com formação
Menos idade	f	21	0	2	3
	f esperado	16,8	1	1	7,1
Mais idade	f	12	2	0	11
	f esperado	16,2	1	1	6,9

$n=51$

Por exemplo, o grupo de professores com menos idade tem mais sujeitos (21) a considerar que a educação sexual na escola é necessária em relação ao grupo dos professores com mais idade (12). Por outro lado, este grupo tem mais professores a opinar que deve ser ministrada por profissionais com formação na área (11) em relação ao grupo dos professores mais novos (3).

Anos de serviço

No que se refere aos anos de serviço dos inquiridos procedemos à construção de dois grupos, considerando a média ($M = 19,3$) como ponto de corte o que nos permitiu ter dois grupos de comparação, que variam entre um e 39 anos ($M = 19,3$; $DP = 9,4$). Aqui também podemos afirmar que há uma diferença estatisticamente significativa [$\chi^2(3,51)=11,521$; $p<.01$] entre a distribuição das respostas deles como ilustrado no quadro 13.

Quadro 13 - Diferenças na opinião sobre educação sexual nas escolas em função dos anos de serviço

Professor		Necessária	Não concorda	Sem opinião	Ministrada por profissionais com formação
Menos anos de serviço	f	19	0	2	2
	f esperado	14,9	0,9	0,9	6,3
Mais anos de serviço	f	14	2	0	12
	f esperado	18,1	1,1	1,1	7,7

$n=51$

Por exemplo, 19 professores com menos anos de serviço, têm a opinião de que a educação sexual na escola é necessária enquanto 14 professores com mais anos de serviço referem que a educação sexual na escola é necessária. Por outro lado, um grupo de 12

professores com mais anos de serviço, refere que esta temática deverá ser ministrada por profissionais com formação, enquanto apenas 2 professores com menos anos de serviço o refere.

Tomando ainda os anos de serviço e a motivação e a preparação dos professores para darem formação em educação sexual, podemos constatar que há uma tendência para uma diferenciação das respostas [$\chi^2(4,51)=9,104$; $p=.059$] como se pode verificar no quadro 14.

Quadro 14 - Diferenças na opinião dos professores sobre a sua motivação e preparação

Professor		Desmotivado	Sem preparação	Desmotivado e sem preparação	Motivado	Motivado e preparado
Menos anos de serviço	f	0	4	5	6	8
	f esperado	0,9	5,9	7,2	3,6	5,4
Mais anos de serviço	f	2	9	11	2	4
	f esperado	1,1	7,1	8,8	4,4	6,6

$n=51$

Por exemplo, encontramos no quadro anterior que os professores com menos de 19 anos de serviço são aqueles que apontam maior número de respostas ilustrando que se sentem motivados (6) e motivados e preparados (8), em comparação com os professores com mais de 19 anos de serviço, quando referem que se sentem motivados (2) e motivados e preparados (4). Por outro lado, este último grupo apresenta um maior número de respostas quando se consideram desmotivados e sem preparação (11) e sem preparação (9) em relação ao primeiro grupo onde menos professores revelam sentir-se desmotivados e sem preparação (5) e sem preparação (4).

Resultados obtidos junto dos alunos

Neste ponto será apresentado o resultado obtido junto dos alunos que responderam ao inquérito por questionário de resposta aberta (anexo 2 e 3) sobre a percepção que têm dos temas a abordar em educação sexual nas escolas e sobre a avaliação das sessões de educação sexual (anexo 4).

Respostas ao inquérito (Pré-teste e Pós-teste)

No que se refere aos temas que os alunos gostariam que fossem abordados nas sessões de educação sexual funcionando como momentos de avaliação pré e pós-teste, encontramos diferenças qualitativas entre as respostas nas duas situações de avaliação (Quadro 15).

Quadro 15 - Temas referidos pelos alunos a abordar na educação sexual

Categorias	Pré-Teste		Pós-Teste	
	f	%	f	%
IST's e HIV	5	33	6	32
Gravidez na Adolescência	2	13	2	10.5
Métodos Contraceptivos	2	13	1	5
Saber falar	2	13	0	0
Afectos	2	13	2	10.5
Pedofilia	1	7	1	5
Violação Infantil	1	7	0	0
Homossexualidade	0	0	2	10.5
Abusos Sexuais	0	0	3	16
Aborto	0	0	1	5
Criança e a Sexualidade	0	0	1	5
Total	15	100	19	100

n=8

Verificamos que a constituição de categorias apresentada no quadro 12, o número de respostas em ambos os momentos (*f* pré-teste =15 e *f* pós-teste =19), é superior ao número de participantes (*n*=8) o que significa que dão respostas que encaixam em mais do que uma categoria (por exemplo, o sujeito 1 respondeu no pré-teste, gravidez na adolescência, IST's e HIV; e no pós-teste respondeu IST's e HIV, métodos contraceptivos e homossexualidade). Além disso, revela um aumento do número de categorias do pré-teste (15) para o pós-teste (19).

Verificamos ainda, que o tema mais referido em ambos os momentos remete para as IST's e HIV (*f* pré-teste =5 e *f* pós-teste =6). Contudo, do pré-teste para o pós-teste verifica-se uma diminuição na percentagem de algumas categorias como a gravidez na adolescência (13% e 10.5%), métodos contraceptivos (13% e 5%), saber falar (13% e 0%), afectos (13% e 10.5%) e violação infantil (17% e 0%) que se justifica por um aumento do número de categorias no pós-teste, mas que pode não significar uma diminuição da frequência de respostas dadas (no caso da gravidez na adolescência e dos afectos

encontramos o mesmo número de alunos (2) nos dois momentos de avaliação). Neste assiste-se a um aumento de categorias e encontramos temas como a homossexualidade (2 alunos), os abusos sexuais (3 alunos), o aborto (1 aluno) e a criança e a sexualidade (1 aluno).

Para uma melhor compreensão e visualização das respostas dadas pelos alunos, apresentamos um gráfico ilustrativo das respostas antes e depois das sessões de educação sexual (Gráfico 1)

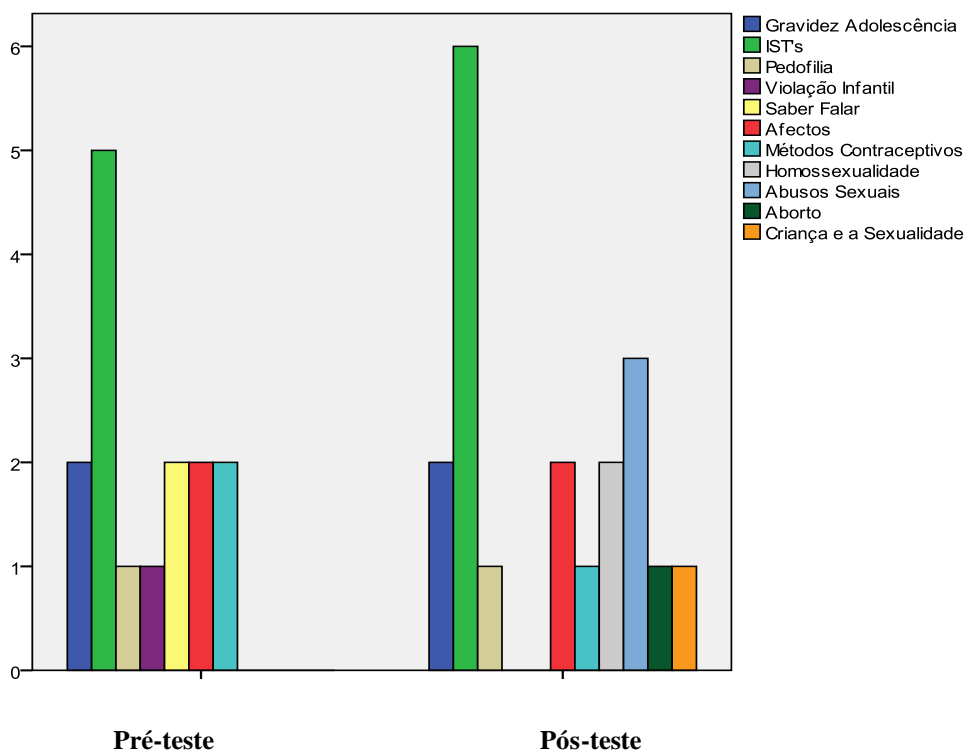


Gráfico 1 - Temas referidos pelos alunos no pré e pós-teste

Verifica-se, consultando o gráfico 1, que a distribuição dos temas apontados na primeira fase, ou seja, antes das sessões formativas, aumentou na segunda fase, depois das sessões de educação sexual. No entanto, o tema IST's e HIV, constitui a grande percentagem das respostas dadas pelos alunos em ambos os momentos. Referimos mais uma vez que novos temas foram apontados pelos alunos, para serem tratados no futuro, nomeadamente abusos sexuais, homossexualidade, aborto e criança e a sexualidade.

Avaliação das sessões de educação sexual

Da avaliação efectuada pelos alunos às sessões de educação sexual, podemos afirmar que, de uma forma geral, tiveram uma grande aceitação por parte dos mesmos (quadro 16).

Quadro 16 - Avaliação das sessões de educação sexual

Critério de avaliação	Mau		Fraco		Razoável		Bom		Muito Bom	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Apreciação global das sessões										
Sessões							6	75	2	25
Ter participado							4	50	4	50
Grau de satisfação							5	63	3	37.5
Resultados							4	50	4	50
Duração					3	38	3	38	2	25
Adequação aos alunos							6	75	2	25
Actividades										
Realizadas					2	25	4	50	2	25
Utilidade					1	13	5	63	2	25
Adequação dos exercícios					1	13	6	75	1	12.5
Utilidade futura							5	63	3	37.5
Participação										
Motivação							5	63	3	37.5
Participação do grupo							6	75	2	25
Recursos										
Competências da formadora							2	25	6	75
Relacionamento formador /alunos							2	25	6	75
Exemplos práticos					3	38	4	50	1	12.5
Enriquecimento pessoal										
Conhecimentos no início das sessões					4	40	2	2	2	25
Conhecimentos no fim das sessões							6	2	2	25
Capacidade de reflexão no início das sessões					3	38	3	2	2	25
Capacidade de reflexão no fim das sessões							5	3	3	37.5

$n=8$

Analisando as respostas dadas e registadas no quadro anterior, podemos afirmar que no que se refere à apreciação global das sessões a avaliação centra-se, de uma forma geral entre o “ bom” e o” muito bom ”. No entanto, no que se refere à sua duração a distribuição das respostas dos alunos oscila entre o razoável (3,38%) e o muito bom (2,25%). Em relação às actividades realizadas, a sua utilidade e adequação dos exercícios, a apreciação dos alunos também oscila entre o razoável e o muito bom, concentrando-se a maioria das

respostas no bom (apreciação de 4 alunos (50%) para a realização, apreciação de 5 alunos (63%) para a utilidade e a apreciação de 6 alunos (75%) para a adequação dos exercícios).

Em relação à participação, os alunos consideraram que se sentiram motivados e que o grupo era participativo dando respostas ao nível do bom (5 e 6 alunos, respectivamente) e do muito bom (3 e 2 alunos, respectivamente). Ao nível dos recursos, a competência e relacionamento da formadora tiveram boa aceitação, mas no que se refere aos exemplos práticos, a apreciação distribuiu-se pelo razoável (3 alunos), pelo bom (4 alunos) e pelo muito bom (1 aluno).

Em termos de enriquecimento pessoal, os alunos tiveram a oportunidade de avaliar o conhecimento pessoal e capacidade reflexiva que tinham antes e depois das sessões. Verificou-se que os alunos em geral consideraram que tiveram uma grande evolução nos seus conhecimentos, pois no início temos quatro alunos (50%) que avaliam o seu nível de conhecimento como razoável e no final das sessões já não se encontra nenhum aluno avaliá-las como razoável, mas como bom (6 alunos) e muito bom (2 alunos). No que diz respeito à capacidade reflexiva acerca da temática, parece também ter havido um aumento da mesma pois no início das sessões temos três alunos a avaliá-la como razoável, e no final das sessões só se encontram apreciações ao nível do bom (5 alunos) e do muito bom (3 alunos).

Discussão dos resultados

A discussão dos resultados seguirá a mesma lógica da apresentação dos resultados, ou seja, será realizada, num primeiro momento, considerando os resultados obtidos junto dos professores e, num segundo momento, os resultados obtidos junto do grupo de alunos.

Resultados obtidos junto dos professores

Da análise das respostas dadas pelos inquiridos aos questionários registados nos vários quadros apresentados e procurando responder às questões de investigação formuladas podemos apontar, em termos gerais, alguns aspectos a considerar. Em primeiro lugar, parece que os professores inquiridos consideraram necessária a educação sexual nas escolas e que deve ser tratada em sala de aula, manifestando concordância com a lei Lei-60/2009. Esta opinião manifestada vem de encontro aos resultados de um estudo acerca da percepção de professores portugueses sobre a educação sexual, que também verificou que em geral, os professores são maioritariamente favoráveis à educação sexual em meio

escolar (Ramiro & Matos, 2008). Também Pires (2001) apurou que os professores posicionam a escola, os próprios professores e os pais ao mesmo nível de hierarquia de responsabilidade pela transmissão de valores e colocam por último a sociedade em geral. Da mesma linha e revelando a importância da escola, os pais colocaram em primeiro lugar a escola e os professores, e, por último, a sociedade em geral.

A maioria dos professores inquiridos no nosso estudo, relativamente á sua preparação e formação nesta matéria, reconhece que é insuficiente e sendo que alguns se sentem sem motivação e sem preparação, sobre tudo os que têm mais anos de serviço, para abordarem esta temática com os alunos. Reforçando esta percepção verificamos que quando solicitados para responderem à pergunta de cariz facultativa para referirem outros aspectos que considerassem pertinentes é referido a necessidade de haver mais formação aos professores em educação sexual, seguindo-se a participação das famílias dos alunos como necessária. Além disso, encontramos alguns professores que reconhecem sentir dificuldades em implementar acções de educação sexual, outros reconhecem que não desenvolvem acção alguma e outros não opinam sobre esta matéria, pelo que não podemos inferir sobre a sua percepção a este nível.

Estes resultados vão de encontro aos encontrados noutros estudos sobre a necessidade sentida pelos professores ao nível da formação e das dificuldades sentidas. Por exemplo, no estudo de caso levado a cabo por Mendes (2002), os professores demonstraram algum receio em implementar a educação sexual justificando falta de formação e/ou dificuldades de ordem ética e moral bem como fracos recursos materiais de apoio para a abordagem da temática, contudo, reconhecem a necessidade de implementá-la. Contudo, Silva (2004), refere que há que cuidar das formações a dar aos professores, porque, segundo ele, a formação e as palestras por si só, não são suficientes para garantir o objectivo, uma vez que a experiência mostra que a maioria das dúvidas e das inseguranças só aparecem com a acção, o que remete para a necessidade de supervisão contínua. Segundo Vilar (2003) a qualidade dos saberes e das questões da literacia, são necessárias, não só para a aquisição de uma cultura preventiva em matéria de riscos associados à sexualidade, como também, para o auto e hetero conhecimento e aumento da qualidade da vida.

Por exemplo, no que se refere à formação dos professores, tem-se verificado que as instituições do ensino superior parecem não dar a devida importância a esta temática na sua formação académica (Alarção, 1996). Num outro estudo, efectuado junto de futuros

professores, do ensino básico, verificou-se que os manuais escolares são frequentemente veículo de concepções do senso comum, afectando a aprendizagem de conceitos científicos (Teixeira, 1999). Mais recentemente, Ramiro e Matos (2008), num estudo para avaliar o grau de conhecimentos, atitudes, conforto e felicidade de 371 professores do 2º e 3º ciclo e ensino secundário em relação à educação sexual, verificaram que os professores têm conhecimento razoável, uma atitude positiva e um grau de conforto satisfatório em relação à abordagem da educação sexual em meio escolar, apesar de 78% não ter frequentado qualquer acção nessa matéria e 72% afirma não ter experiência na área.

No que se refere à participação das famílias apontado neste estudo pelos inquiridos, também noutros estudos há esta alusão, evidenciando mesmo as dificuldades que as próprias famílias sentem. Albert (2007), menciona que muitos pais referem precisar de ajuda para falar sobre sexualidade, porque não sabem como abordar a questão. Parece que a liberalização das normas sociais relativas à sexualidade das últimas décadas, nomeadamente em relação à sexualidade dos jovens, se tem traduzido mais em meios familiares permissivos e menos em rotinas educativas parentais que amparem efectivamente os jovens nas suas dúvidas ou dificuldades, relativas a questões da sexualidade, que possam sentir no seu dia-a-dia (Vilar, 2003).

Se tivermos em conta que parece existir uma relação muito próxima entre saúde, comportamento de risco, bem-estar e condições económicas e quanto melhor é o estatuto socio-económico, melhor é a percepção de saúde, felicidade e autoconfiança (WHO, 2010). Parece-nos que as intervenções a nível escolar devem considerar estes factores no planeamento e adequação das actividades propostas. A escola terá sempre um lugar importante, não único, mas crucial. Mesmo nas famílias em que existe uma comunicação com mais intensidade e eficácia, as práticas parentais com os adolescentes, continuarão a ter um carácter informal e, em muitos progenitores e adolescentes podem persistir dificuldades reais na comunicação sobre este tipo de questões. Aqui podem confundir as dificuldades que por um lado, são inerentes às características da adolescência e, por outro lado, as dificuldades inerentes às incapacidades ou a insuficientes conhecimentos dos progenitores neste campo específico (Vilar, 2003).

No seguimento desta linha de opinião e no esboçar de intervenções nesta área do conhecimento, alguns autores aconselham que mais do que o número ou variedade de actividades é fundamental ajudar os jovens a se descobrirem, a conhecerem-se e a comunicar. Dotar os jovens de competências para “ler” o seu próprio desenvolvimento,

acontecimentos da sua vida, o contexto onde vive, a sociedade e o mundo, os recursos pessoais e familiares, despertar-lhe horizontes e ideias de vida, desenvolver a sua responsabilidade e solidariedade para com a comunidade contribui para o reforço da sua autonomia responsável, participativa e a intervenção deverá dar ênfase na responsabilização e nas expectativas positivas (Cortesão, Silva, & Torres, 1989). De facto, a sexualidade deixou de ser um tabu e ao contrário dos universos fechados típicos de épocas anteriores, vivemos hoje uma época de permissividade em matéria de normas de moral sexual e a educação sexual informal e espontânea é actualmente mais fácil e fluente e desta forma carece de mais rigor nos seus conceitos e dos seus acontecimentos (Reiss & Reiss, 1990). Nesta perspectiva, parece que, formulado, os comportamentos de risco têm diminuído entre os adolescentes portugueses e no que se refere às fontes de informação sobre sexualidade e de IST's e HIV, parece que, em 2006, houve um aumento de utilizadores na procura de informação, através da internet. Por outro lado, no que se refere às crenças e atitudes perante pessoas infectadas com VIH/SIDA, em comparação com 2002, aumentou a atitude negativa para com os sujeitos infectados (Matos, 2008). A problemática da gravidez não desejada, parece afectar maioritariamente as classes mais desfavorecidas, o mesmo acontecendo em relação ao início precoce da vida sexual (Darroch, Frost & Singh, 2001). Daí que nos pareça que professores em escolas de zonas mais carenciadas e consideradas de risco devam ter este factor em atenção na educação sexual. Além disso, pensamos que não se deve, esquecer, a influência dos pares, que podem ser determinantes nas escolhas dos adolescentes no que diz respeito ao comportamento sexual e à contracepção (Kirby, 2002), quando queremos intervir junto dos jovens e na prevenção de comportamentos de risco. Por exemplo, num estudo da HBSC, entre 2002 e 2006, que pode revelar em nosso entender dados optimistas, verificaram que a idade com que os jovens pensam que os pares iniciam a vida sexual aumentou, e o mesmo sucedeu em relação à idade de início das relações sexuais em geral (Matos, 2008). No que se refere aos afectos, algumas pesquisas demonstram que a afectividade se desenvolve junto com a inteligência ao longo do processo de construção da personalidade (Almeida, Vilar, Andrade, Lalanda, 2003).

Entre os vários autores que se interessam sobre a afectividade, Cortesão e al. (1989) defendem que a educação sexual é sobretudo a educação da afectividade. Sampaio (1987), corrobora desta ideia e afirma que a educação sexual é apresentada como um aspecto da

educação afectiva com influências na formação da personalidade, na socialização e na escolha de um conjunto de valores morais e pessoais;

A maioria dos professores considera que o projecto educativo da sua escola contempla na formação a dar aos alunos a educação sexual, afirmando alguns que as medidas implementadas pela escola assentam na formação com recurso a formadores convidados e afirmam outros que a escola contempla no seu projecto interno formação em educação sexual. Podemos aferir que os resultados apurados vêm de encontro com um estudo realizado em Portugal por Reis e Vilar (2004) com uma amostra de professores de diversas zonas do país, onde constataram que os professores demonstram uma atitude positiva quanto à implementação do currículo de educação sexual nas escolas. Além disso, também referem que não viam confirmada a hipótese de que as pessoas mais religiosas possuem uma atitude mais negativa em relação a esta temática ou a hipótese de que os professores com estilos mais progressistas possuem uma atitude mais positiva e se sentem mais confortáveis para abordar o tema com os seus alunos.

Em relação ao conhecimento da lei em vigor (Lei 60/2009 e Portaria 196-A/2010), verificamos que a maioria dos professores responde concordar com a mesma, ainda que um número relativamente elevado refira não conhecer. Se tivermos em conta que a lei foi publicada no ano de 2009 e regulamentada pela portaria no ano de 2010, constituindo carácter obrigatório no ano lectivo em que foi realizado o estudo, leva-nos a pensar que, por um lado, as escolas secundárias não estão assumir, ainda, a educação sexual de forma estruturada como se faz na Região Autónoma da Madeira no ensino básico com o projecto Educação Sexual e Afectos (E.S.A.). Talvez assim se justifique não só o desconhecimento da lei por alguns docentes como as orientações curriculares definidas na portaria. No entanto, como há um grupo que refere concordar com as orientações da portaria, podemos aferir que as conhece. Assim sendo, parecem concordar que aspectos contemplados como a ética na sexualidade humana, ou temas que já tenham sido abordados em ciclos anteriores possam ser retomados e acompanhados de reflexão sobre atitudes e comportamentos, bem como informação estatística (por exemplo, temas de gravidez, métodos contraceptivos, consequências físicas, psicológicas e sociais da maternidade/ parentalidade na adolescência) possam ser abordados com os alunos. Parece-nos importante e urgentes as escolas secundárias assumirem esta função educativa ao nível da educação sexual, não só numa perspectiva de educação para a saúde mas como promoção do desenvolvimento integral da pessoa, neste caso dos alunos.

Resultados obtidos junto dos alunos

Da análise das respostas dadas pelos alunos registados nos quadros apresentados podemos apontar, em termos gerais alguns aspectos a considerar. Verifica-se que junto deles o tema mais referido em ambos os momentos de avaliação diagnóstica, prende-se também com as IST's e HIV. Contudo, há outras temáticas que são referenciadas como a gravidez na adolescência, os métodos contraceptivos, o saber falar e os afectos. Além disso, assistiu-se a um aumento de categorias no pós-teste, acrescentando temas como a homossexualidade, os abusos sexuais, o aborto e a criança e a sexualidade. Este facto parece-nos ser indicador de uma maior capacidade de reflexão por parte dos alunos e, ao mesmo tempo, revelador da importância de espaços de esclarecimento e diálogo sobre estas problemáticas. Sugere-nos ainda a importância de dedicar mais tempo a estas temáticas em sessões futuras.

De uma forma geral, assiste-se a uma grande aceitação por parte dos jovens a programas de formação em educação sexual. Facto que também aconteceu nas sessões que implementamos.

Ainda nesta linha, num estudo sobre o impacto de um programa de educação sexual na cidade de Coimbra, constatou-se aumentos significativos nos conhecimentos nas turmas que participaram em programas de educação sexual quando comparados com turmas que não participaram nestes programas (Lemos, 2002).

Num estudo de Marques (2002), refere que a educação em sexualidade não pode ser meramente informativa, há que desenvolver debate de ideias sobre valores pessoais e sociais, assim como deve facultar aos jovens referências positivas para que construam o seu quadro de referências e que contribuam para a tomada de decisões individuais. Sabemos hoje, que aquilo que somos tem a ver com o que aprendemos durante a nossa infância acerca de nós próprios, acerca dos outros e acerca do mundo que nos rodeia (Dumas, 2010). Nesta perspectiva os alunos apontaram temas que estão directamente ligados com as actuais problemáticas que envolvem comportamentos desviantes, por exemplo, quando referem a preocupação sobre os abusos sexuais.

Num estudo de Almeida, Vilar, Andrade e Lalandia (2003), sugere que as mulheres mais jovens e mais escolarizadas, relatam que a escola foi um lugar privilegiado para a obtenção de conhecimentos sobre o mecanismo reprodutor e sobre os métodos contraceptivos, contrariando o conhecimento das gerações mais velhas que, nestas matérias, foram adquiridos através das amigas e de colegas de trabalho.

Em formações desenvolvidas nesta área, há que ter em conta as características da faixa etária, porque o grande objectivo é contribuir para que as crianças e os jovens arquitectem o «eu da relação», através do conhecimento do seu corpo, do entendimento da sua origem, da valorização dos afectos e da reflexão crítica sobre os papéis sociais de ambos os sexos (Figueiredo, 2008).

A par destes factos, num estudo levado a cabo por Nodin (2001), em Portugal parece existir diferenças significativas entre os valores e crenças comportamentais, no âmbito sexual, entre as raparigas e os rapazes. As raparigas parecem estar mais conscientes face ao risco sexual do que os rapazes. Embora na nossa sociedade, se tenham vindo a esbater algumas destas diferenças relativamente ao género, mas, em muitos domínios ainda persistem padrões educacionais que conferem maior permissividade em relação à sexualidade dos rapazes face a uma repressão em relação às raparigas (Vilar, 2003).

Conversar sobre sexualidade pode ter consequências positivas se o interlocutor estiver bem informado e conseguir transmitir uma mensagem com exemplos adequados e contribuir para diminuir os comportamentos de risco nos jovens (Kirby, 2002). Tendo em conta os resultados obtidos no estudo de Health Behaviour in School-aged Children (HBSC), em 2006, em Portugal, os rapazes e alunos do 10º ano, são os que dizem ter mais facilidade em falar sobre a educação sexual, em primeiro lugar, com amigos, em segundo lugar com os pais e por último com os professores (Matos, 2008). Numa investigação levada a cabo com jovens universitários, verificou-se que, no que se refere aos comportamentos sexuais, a maioria dos jovens é sexualmente activo, teve a sua experiência sexual aos 16 anos ou mais, e utilizou o preservativo como primeira contracepção. São os rapazes que referem ter mais parceiros ocasionais e ter mais frequência na actividade sexual sob o efeito do álcool ou drogas. No que diz respeito ao desempenho dos agentes educativos na promoção de comportamentos sexuais saudáveis, na opinião destes jovens, a escola não teve um papel relevante, considerando mesmo insuficiente a educação sexual que receberam (Matos, 2008). No entanto, segundo o mesmo autor, os comportamentos de risco têm diminuído entre os adolescentes portugueses e no que se refere às fontes de informação sobre sexualidade e de IST's, verificaram que, em 2006, houve um aumento de utilizadores na procura de informação, através da internet. Além disso, parece que na sua generalidade os adolescentes estão a iniciar a sua vida sexual mais tarde. No entanto, existem algumas diferenças no que diz respeito ao género, há mais rapazes do que

raparigas que dizem já ter tido relações sexuais e são estas que iniciam a sua vida sexual mais cedo (Matos, 2008).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a População, assiste-se a uma evolução em termos de educação sexual reprodutiva nos adolescentes portugueses, mas nem todos afirmam ter um comportamento sexual preventivo e desta forma a diferença de um comportamento sexual preventivo e um não preventivo pode ser a morte. Há estudos que referem que os comportamentos de risco estão relacionados com o sentimento negativo acerca da sexualidade (Matos, 2008). Num estudo levado a cabo por Nodin (2001), verificou-se que a zona do Alentejo relativamente às restantes zonas do país, há uma maior liberalização na actividade sexual. Nesta zona do país os jovens iniciam a sua actividade sexual mais cedo, com maior número de parceiros e com relações afectivas pouco duradoras. O norte do país, apesar de não apresentar de forma tão clara estes dados, apresenta um maior conservadorismo ao nível dos relacionamentos amorosos, ou seja, tendencialmente têm relacionamentos mais duradouros. Os alunos do ensino secundário do século XXI, requerem uma educação sexual abrangente e interactiva, que deve ser proporcionada por uma pedagogia flexível que permita compreender as mudanças nos seus corpos, nos relacionamentos e sexualidades (Mason, 2010).

Para finalizar, podemos afirmar que através da educação sexual nas escolas, pais e educadores podem se informar e formar os seus educandos, para que estes possam aceder ao total desenvolvimento do seu ser, como homens e como mulheres, de modo a que sejam capazes de viver como seres plenamente humanos na sua vida afectiva, pessoal e social, e, por sua vez livres e responsáveis (Marques, 2002). Da experiência que tivemos ressaltamos a adesão e motivação dos alunos que, mesmo numa faixa já na juventude, mais que na adolescência, revela dúvida e inquietações e está aberta a dialogar e reflectir sobre elas. Considerando a avaliação das sessões talvez em trabalhos futuros se deva equacionar mais sessões distribuídas ao longo do ano lectivo e alguma reformulação das actividades realizadas, procurando otimizar a pertinência e a adequação dos exemplos práticos (por exemplo, tratar casos reais do conhecimento público ou histórias que remetam para uma realidade mais próxima da realidade da Região Autónoma da Madeira).

Conclusão

O estudo realizado pretendeu contribuir para o conhecimento da percepção que os professores têm sobre a educação sexual e para o conhecimento e aceitação que têm da lei em vigor, bem como a percepção que têm dos conteúdos programáticos estipulados a lei. Além disso, junto de um grupo de alunos, pretendeu contribuir para o conhecimento da percepção que estes têm sobre os temas a abordar em educação sexual e qual a importância da implementação de sessões de educação sexual.

Desta forma, a pesquisa realizada permite-nos concluir que os professores consideram ser necessário haver formação em educação sexual nas escolas e que esta deve ser trabalhada na sala de aula. No entanto, alguns dos inquiridos sentem dificuldades em desenvolver acções nesta matéria e consideram que esta formação deveria ser ministrada por profissionais com formação específica. Verifica-se ainda que uma grande maioria e no que se refere à preparação/ formação dos professores em educação sexual, diz que não se sente preparado nem com formação na área. No que concerne à motivação e preparação para trabalhar o tema da educação sexual na sala de aula, a maioria dos inquiridos, considera não ter motivação nem preparação e só uma minoria dos inquiridos que sente motivado e preparado. No entanto, há a referir que encontramos algumas diferenças no que se refere à motivação e preparação para trabalhar a educação sexual na sala de aula no grupo dos inquiridos, ou seja, são os professores com menos anos de serviço, o grupo mais novo, que se sente mais motivado e preparado.

No que se refere aos conhecimentos e aceitação da lei em vigor, podemos apurar que a maioria dos inquiridos concorda com o regime de aplicação da lei em meio escolar e também considera o projecto educativo da sua escola desenvolve esta temática, recorrendo algumas vezes a profissionais convidados. Relativamente às orientações dos conteúdos programáticos estipulados na portaria, assiste-se a algum desconhecimento das mesmas e os temas que apontam que deveriam ser abordados em sala de aula, são as IST's e HIV seguindo-se o tema afecto. É de referir, que também referem como tema a abordar em sala de aula, a responsabilidade individual. Em conformidade com os autores descritos e é também o nosso entender, a educação sexual deveria ter uma abordagem mais transversal na escola. Poderia por exemplo, ser tratada em cada disciplina a partir do campo de saber de cada professor. Nesta perspectiva, passariam a ser consideradas por exemplo a dimensão biológica, psicológica e sócio cultural, passando mesmo pela filosofia.

A formação específica dos profissionais na área é fundamental, mas a educação sexual vista de forma transversal, poderia contribuir para que os professores se sentissem mais motivados e simultaneamente se sentissem mais preparados. Na prática, a educação sexual deveria desenvolver nos alunos a capacidade reflexiva para que estes desenvolvessem capacidade de autocrítica e de comportamentos assertivos durante toda a sua vida. Claro que o carácter obrigatório relativamente recente da aplicação da lei em relação à realização do estudo também pode ter condicionado algumas das respostas, ou seja, as escolas secundárias podem ainda estar em processo de organização e implementação das medidas e desta forma, dando continuidade ao programa ESA.

Junto do grupo de alunos constatamos, no que refere à percepção que estes têm sobre os temas a abordar em educação sexual e qual a sua importância, que as IST's e HIV assume um lugar de destaque, mesmo depois da intervenção. No entanto, há outras temáticas que são referenciadas como a gravidez na adolescência, os métodos contraceptivos, o saber falar e os afectos. Também é de referir, que assistiu-se a um aumento de categorias no pós-teste, acrescentando temas como a homossexualidade, os abusos sexuais, o aborto e a criança e a sexualidade. Para finalizar, sessões foram valorizadas pelos alunos e consideram que a formação em educação sexual deveria estar presente em todo o ano lectivo.

Segundo Kuntsche e Jordan (2006), na Europa os adolescentes passam cerca de 2/3 do seu tempo na escola, pelo que a escola por excelência transmite aos alunos conhecimentos que são considerados por estes como organizados e sérios. Deste modo, a escola tem uma responsabilidade social acrescida porque deverá premiar os seus alunos com um saber científico em qualquer área do conhecimento, porque quando se trabalha numa escola, apercebemo-nos que a herança cultural e familiar estão presentes na formação da personalidade dos alunos e deste modo a educação sexual deverá ir mais além da vinculação aos temas direccionados para saúde, ao nível da prevenção de comportamentos de risco.

Apesar de algumas limitações deste estudo, nomeadamente a dificuldade em recolher alguns dados ou o condicionalismo do ano lectivo, acreditámos ter concretizado a proposta para o desenvolvimento do conhecimento nesta matéria: a educação sexual em meio escolar. Tratando-se de um estudo exploratório onde não é possível fazer generalizações, os resultados obtidos e as reflexões por nós tecidas abrem horizontes para a necessidade de realizar mais estudos e haver não só mais formação nesta matéria, como

também que a compreensão da educação sexual numa perspectiva ecológica. Pensamos que há uma verdadeira necessidade de inovar e de (in)formar junto dos professores e dos alunos. Na verdade não é suficiente legislar para que as mudanças do ponto de vista educacional apareçam. Consideramos, de todo o interesse, que estudos futuros em educação sexual, sejam também direccionados para as famílias, pais ou encarregados de educação, na medida em que são estes os primeiros agentes de socialização e educação das crianças e dos jovens. Além disso, os estudos também deveriam abordar formas de intervenção na educação sexual realizadas em diferentes escolas. Aqui levantamos o desafio e a necessidade de intervenção ao nível do ensino superior também.

Nesta linha, no esboçar de intervenções, alguns autores aconselham que mais do que o número ou variedade de actividades é fundamental ajudar os jovens a se descobrirem, a conhecerem-se e a comunicar. A educação sexual deverá dotar os jovens de competências para *ler* o seu próprio desenvolvimento, acontecimentos da sua vida, o contexto onde vivem, a sociedade a que pertencem e o mundo em geral. O recurso ao conhecimento é a melhor forma para os jovens desenvolverem o sentimento de responsabilidade individual e de solidariedade para com a comunidade, contribuindo para o reforço da sua autonomia responsável e participativa.

Em síntese, o papel da educação sexual formal nos novos contextos de socialização típicos da modernidade, quer aos formadores ou formandos, prende-se com a promoção de melhores conhecimentos e de maior literacia sobre as questões relacionadas com a temática de sexualidade, promovendo competências ao nível da assertividade, da comunicação e da prevenção de situações de risco. A par disso, advogamos o debate enquanto factor essencial de formação dos valores e atitudes dos destinatários e a investigação acção como metodologia a adoptar na prática educativa.

Referências

- Alarcão, I. (1996). Reflexão crítica sobre o pensamento de Donald Schön e os programas de formação de professores. Porto: Porto Editora.
- Alberoni, F. (2000). *Valores*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Albert, B. (2007). *With one voice: America's adults and teens sound off about teen pregnancy*. Washington: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy.
- Almeida, A., Vilar, D., Andrade, I. & Lalanda, P. (2003). *Fecundidade e contraceção. Percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: APF.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Badin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barragán, F., & Domínguez, C. (1996). *Niñas, niños, maestros, maestras: una propuesta de educación sexual*. Sevilla: Díada.
- Berdún, L. (2001). *Na tua casa ou na minha*. Porto: Areal Editores, pp. 17-242.
- Brochu, D. (2006). *Desafios para a educação no século XXI. Um modelo de educação sexual pelos pares em escolas portuguesas*. Porto: Fundação Portuguesa “A comunidade contra a sida”.
- Carreras, L., & Eijo, P. (1999) *Como ensinar valores. Materiais, textos, recursos, técnicas*. Madrid: Narcea
- Canavarro, L. (1999). *Adolescentes. Pragmáticas da abordagem psicoterapêutica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cavidad, M., & Sánchez, M. (2005). Aprendizaje y educación afectivo-sexual: una revisión de los planteamientos iniciales del aprendizaje de las cuestiones sexuales. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 10(12), 45-56.

- Cortesão, I., Silva, M., & Torres, M. (1989). *Educação para uma sexualidade humanizada – guia para professores e pais*. Porto: Afrontamento.
- Coutinho, L. (2004). *Formação de Professores de Ciências e Ensino Inovador da Reprodução Humana*. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Creswell, J. (2007). *Research Design Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Los Angeles: SAGES.
- Cuijpers, P. (2002). *Effective ingredients of school-based drug prevention programs: A systematic review*. *Addictive behaviors*, 27, 1009-1023.
- Darroch, J.; Frost, J. & Singh, S. (2001). *Teenage Sexual and Reproductive Behavior in Developed Countries*. NY: The Alan Guttmacher Institute.
- Dumas, D. (2010). *A sexualidade dos adolescentes contada por eles próprios*. Lisboa: Editora Bizâncio.
- Egypto, A. (2003). *Orientação sexual na escola. Um projecto apaixonante*. São Paulo: Cortez Editora.
- Epstein, D., & Johnson, R. (2000). *Sexualidades e institución escolar*. Madrid: Morata.
- Figueiredo, R., & Bastos, S. (2008). *Contracepção de emergência: Atitudes, abordagem, adopção e impactos em estratégias de DST/AIDS*. São Paulo: Instituto de Saúde.
- Foucault, M. (2003). *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- Gagnon, J., & Simon, W. (1977). *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Harrison, J. (2000). *Sex education in secondary schools*. U. K: St Edmundsbury Press.
- Haydon, G. (2003). *Enseñar valores. Un nuevo enfoque*. Madrid: Ediciones Morata.
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo.

- Kirby, D. (2002). The impact of schools and programs upon adolescent sexual behavior. *Journal of sex research*, 39(1), 27-33.
- Kuntsche, E., & Jordan, M. (2006). Adolescent alcohol and cannabis use in relation to peer and school factors results of multilevel analyses. *Drug and alcohol dependence*, 84, 167-174.
- Leiria, I. (2004). *A educação sexual noutros países*. In Público de 22 de Fevereiro.
- Lemos, E. (2002). O papel dos conhecimentos e atitudes sobre sexualidade como pré requisitos para comportamentos saudáveis. *Revista de Sexualidade & Planeamento Familiar*, 33, 43-49.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa. fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lickona, T. (1976). *Moral development and behaviour: Theory, research and social issues*. NY: Holt, Rinehart and Winston.
- Lickona, T. (1991). *Educating for character: How our schools can teach respect and responsibility*. NY: Bantam Books.
- López, F., & Fuertes, A. (1999). *Para compreender a sexualidade*. Lisboa: APF.
- López, J. (2005). Experiencia axiológica y educación en valores. De la estimación personal del valor al carácter patrimonial de la elección de valores. *Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 10(12) 9-43.
- Louro, G. (2001). *Pedagogias da sexualidade. O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. (2003). *Currículo, género e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”*. *Corpo, género e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Porto Alegre: Vozes.
- Magalhães, V. (1996). *Pessoa, liberdade e bem comum*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Marinis, D. & Colman, O. (1995). *Educación Sexual. Orientaciones didácticas para la Educación Secundaria Obligatoria*. Madrid: Visor.
- Marques, R. (1997). *Escola, currículo e valores*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A. (2002). *O que é a educação sexual. Os afectos e a sexualidade na educação pré-escolar: Um guia para educadores e formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Matos, M., Simões, C., Tomé, G., Pereira, S., Diniz, J. & Equipa do Aventureiro social (2006). *Comportamento sexual e conhecimentos, crenças e atitudes Face ao VIH/SIDA*. [versão digital]. Retirado de www.fml.utl.pt/aventurasocial.
- Matos, M. (2008). *Sexualidade, segurança & sida*. Lisboa: Aventura Social & Saúde.
- Mendes, S.(2002). *Atitude dos professores face à Educação Sexual. Estudo com professores da Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Teixoso*. (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Nodin, N. (2001). *Os jovens portugueses e a sexualidade em finais do Século XX*. Lisboa: APF.
- Ogden, J. (2004). *Psicologia da Saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Paiva, J., & Paiva, J. (2002). *Sexualidade e afectos*. Lisboa: Plátano.
- Pascual, A. (1988). *Clarificación de valores y desarrollo humano. Estrategias para la escuela*. Madrid: Narcea.
- Pereira, A. (2008). *SPSS: Guia prático de utilização análise de dados para as ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Silabo.
- Pires, M.(2001). *Pedagogia de vinculações e educação para os valores*. (Tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Ramiro, L., & Matos, M. (2006). *A educação sexual e os professores*. Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Reis, M., & Vilar, D. (2004). A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica*, 4(22), 737-745.

- Reiss, H., & Reiss, L. (1990). *An end to shame: Shaping our next sexual revolution*. NY: Prometheus Books.
- Renaud, I. (2001a). *Educação para os afectos*. Porto: Porto Editora.
- Renaud, M. (2001b). *Sexualidade e ética*. Porto Editora.
- Ribeiro, P. (1990). *Educação sexual além da informação*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Rocha, F. (1996). *Educar em Valores*. Aveiro: Estante.
- Sampaio, M. (1987). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 19-31.
- Sampaio, D. (2003). Janeiro. Não existe educação sexual em Portugal. *Revista Pública*, 194.
- Sampaio, D. (2004). Janeiro. De novo a Educação Sexual. *Revista XIX*, 242.
- Sampieri, H., Collado, F., & Lucio, P. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Sanchez, L. (1990). *Educación sexual*. Madrid: Fundación Universidad-Empresa.
- Sánchez, M. (2000). *La educación moral de Piaget e Kohlberg*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.
- Silva, A. (1994). *Os Professores e a Educação Sexual. Contributo para o conhecimento da atitude dos professores para com a educação sexual nas Escolas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Minho.
- Silva, A. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi.
- Soares, I., & Campos, B. (1986). Educação sexual e desenvolvimento psicossocial. *Cadernos de Consulta Psicológica*. Porto: fpupv, 71-79.
- Soveral, E. (2002). *Ensaio sobre a sexualidade e outros estudos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Teixeira, F. (1999). *Reprodução humana e cultura científica: Um percurso na formação de professores*. (Tese de doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Teixeira, M. (2002). *Educação em sexualidade em contexto escolar*. Em Carvalho, G. (Coord) Saberes e práticas na formação de professores e educadores. Actas das Jornadas DCILM 2002. Departamento de Ciências Integradas e Língua Materna. Universidade do Minho. Braga.
- Vaz, J., Vilar, D., & Cardoso, S. (1996). *Educação sexual na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Veiga, L., Meliço-Silvestre, A., Martins, I., & Teixeira, F. (2000). *Nem sempre o silêncio é de ouro: O caso da SIDA*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Veiga, L., Teixeira, F., Martins, I., & Meliço-Silvestre, A. (2006). Sexuality and human reproduction: a study of scientific knowledge, behaviours and beliefs of Portuguese future elementary school teachers. *Sex Education*, 6, 17-29.
- Veríssimo, L., Carvalho, M., Guimarães, M., Silva, I., Aguiar, F., & Machado, C. (2008). *Um modelo de educação sexual pelos pares em escolas portuguesas*. Lisboa: Contrapontos, 8(3), 337-351.
- Vilar, D. (2003). *Contributos para a história da educação sexual em Portugal. Mass media e sexualidade*. Lisboa: APF.
- Vilar, D. (2005). *Revista educação sexual em rede*. Lisboa: APF
- WHO. (2010). *Health and Health Behaviour among young people. Health Behaviour in Schoolaged Children: A WHO Cross-National Study (HBSC) International Report*. Geneva: WHO. [versão digital]. Retirado de www.who.int/whr.

Anexos

QUESTIONÁRIO**Caro Professor**

Este questionário insere-se no âmbito da realização de uma tese de Mestrado em Psicologia da Educação realizado na Universidade da Madeira sobre a implementação da Educação Sexual nas Escolas, ao abrigo da legislação actual.

A sua colaboração para este estudo é muito importante, pelo que solicita-se que responda a todas as questões com a máxima sinceridade e os dados recolhidos são totalmente confidenciais. Agradecemos o interesse e o tempo disponibilizado para responder a estas questões.

Idade: _____ Sexo: ____ N° anos de serviços _____

Área de Formação Académica: _____

Qual é a sua opinião sobre a educação sexual nas escolas?

Qual é a sua opinião acerca da Lei-60/2009 que foi regulamentada pela Portaria nº 196-A/2010 de 9 de Abril, que estabelece que a educação sexual deve ser aplicada no ensino básico e secundário?

O que pensa das orientações curriculares nos vários níveis de ensino que a portaria define?

Quais os temas que na sua opinião deveriam ser abordados? Por favor justifique.

O que pensa sobre a preparação/ formação que os professores têm nesta matéria?

Em que medida se sente motivado e preparado para trabalhar a educação sexual na sala de aula?

Sente que a educação sexual é uma dimensão a ser trabalhada na sala de aula? Por favor justifique.

O projecto educativo da escola contempla a educação sexual? Por favor justifique.

Que medidas é que a escola já está a implementar?

Como director de turma o que está a fazer, quais as facilidades e dificuldades que tem sentido?

Outros aspectos que queira referir.

MUITO OBRIGADA
Maria Gertrudes Afonso
Assistente Social e
Mestranda em Psicologia da Educação

Questionário: Pré-teste

Caro Aluno

Este questionário serve para poderes registar as tuas dúvidas/ questões de forma a que as sessões de educação sexual possam ajudar no teu desenvolvimento e formação. Procura responder com sinceridade, sabendo que a resposta é confidenciais e anónima.

Idade: _____ Sexo: _____

Data: _____

Quais os temas que na tua opinião deveriam ser abordados nas próximas sessões de educação sexual?

MUITO OBRIGADA

Questionário: Pós-teste

Caro Aluno

Este questionário serve para verificarmos se as sessões de educação sexual responderam às tuas dúvidas/questões e se contribuíram para o teu desenvolvimento e formação. Procura responder com sinceridade, sabendo que as respostas são confidenciais e anónimas.

Idade: _____ Sexo: _____

Data: _____

Quais os temas que na tua opinião deveriam ser abordados se houvesse mais sessões de educação sexual?

MUITO OBRIGADA

Avaliação das Sessões de Educação Sexual

Instrução:

Coloca uma cruz ou círculo no número que melhor corresponde à tua avaliação para cada frase

1- Mau; 2- Fraco; 3- Razoável; 4- Bom; 5- Muito Bom

1. Apreciação global das sessões

1. De um modo geral, as sessões foram	1	2	3	4	5
2. Ter participado nesta intervenção foi	1	2	3	4	5
3. A satisfação face ao que eu estava à espera foi	1	2	3	4	5
4. Os resultados alcançados foram	1	2	3	4	5
5. A duração da intervenção foi	1	2	3	4	5
6. Acho que a adequação das sessões aos alunos foi	1	2	3	4	5

4. Actividades

7. As actividades realizadas nas sessões, em geral, foram	1	2	3	4	5
8. A utilidade das actividades propostas foi	1	2	3	4	5
9. A adequação dos exercícios foi	1	2	3	4	5
10. A utilidade futura das aprendizagens é	1	2	3	4	5

5. Participação

11. A minha motivação foi	1	2	3	4	5
12. A participação do grupo nas actividades foi	1	2	3	4	5

6. Recursos

13. A competência da professora/ formadora nesta área são	1	2	3	4	5
14. O relacionamento entre a professora/ formadora e os alunos foi	1	2	3	4	5
15. O recurso aos exemplos práticos foi	1	2	3	4	5

7. Desenvolvimento Pessoal

16. No início das sessões, os meus conhecimentos eram	1	2	3	4	5
17. No fim das sessões, os meus conhecimentos são	1	2	3	4	5
18. No início das sessões a minha capacidade de reflexão sobre atitudes e comportamentos era	1	2	3	4	5
19. No fim das sessões a minha capacidade de reflexão sobre atitudes e comportamento é	1	2	3	4	5

Muito Obrigada

<i>Sessão</i>	<i>Acções desenvolvidas</i>	<i>Duração</i>
1	<p>Apresentação e Introdução ao Tema.</p> <p>Objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um clima de abertura e confiança no grupo; 2. Promover uma relação positiva entre alunos e professor/ formador; 3. Aplicar o questionário Pré-teste; 4. Introduzir o tema, clarificar aspectos de mal-estar que os jovens possam sentir relativamente ao tema e fomentar o sentimento de responsabilização dos alunos para o tema. 	90 min.
2	<p>Exemplos práticos: Histórias de vida de jovens</p> <p>Objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Desenvolver as capacidades interpretativas acerca dos casos práticos apresentados; 2- Respeitar as diferentes interpretações dadas pelos elementos do grupo ao caso prático e desenvolver a capacidade de autocrítica; 3- Trabalhar em grupo identificando no caso prático dificuldades sentidas, sentimentos e emoções. 	90 min.
3	<p>Continuação exemplos práticos: Histórias de vida de jovens.</p> <p>Objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Desenvolver as capacidades interpretativas e reflexivas acerca dos casos práticos apresentados; 2- Respeitar as diferentes interpretações dadas pelos elementos do grupo ao caso prático e desenvolver a capacidade de autocrítica. 	90 min.
4	<p>Apresentação oral dos trabalhos de grupo.</p> <p>Objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Apresentar à turma/ grupo o seu trabalho de grupo, identificando as dificuldades sentidas, sentimentos e emoções perceptíveis nos casos práticos; 2- Desenvolver as capacidades de argumentação sobre o tema e identificar dificuldades, sentimentos e emoções contadas nos casos práticos. 	90 min.
5	<p>Esclarecimento de dúvidas.</p> <p>Objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Esclarecer as dúvidas apresentadas pelos alunos no Pré-teste. 	90 min.

O projecto de intervenção na área educacional seguiu as linhas orientadoras da Lei-60/2009, de 6 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 196-A/2010, de 9 de Abril, e foi pensado para ter uma carga horária 7h e 30 minutos, com cinco sessões de noventa minutos cada.